

“A economia vai bem, mas o povo ainda vai mal”: o “Milagre” Econômico nas narrativas didáticas brasileiras

Camilla Höehr dos Santos da Silveira¹

Resumo

Esse artigo apresenta algumas conclusões de uma análise comparativa entre narrativas que tratam do tópico do “Milagre econômico” em dois livros didáticos de História do terceiro ano do ensino médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Após uma apresentação do acontecimento e suas problemáticas, compara-se como os livros didáticos abordam esse tema levando em consideração sua importância na historiografia brasileira e seus impactos na atualidade.

Palavras-chave: Milagre econômico; livro didático; narrativas.

Abstract

This article presents some conclusions from a comparative analysis of narratives addressing the topic of the "Economic Miracle" in two third-year high school History textbooks approved by the National Textbook Program (PNLD). Following an introduction to the event and its issues, the analysis compares how these textbooks approach the topic, considering its significance in Brazilian historiography and its impacts today.

Keywords: Economic miracle; textbook; narratives.

Introdução

O presente trabalho analisa qualitativamente dois livros didáticos, um da rede privada de ensino e outro da rede pública, ambos vigentes entre 2018 e 2020. Foca nas narrativas sobre a Ditadura Militar (1964-1985), especialmente no “milagre econômico”. Após algumas

¹ camillahoehr@gmail.com. Data de submissão: 16 jan. 2025.

considerações quanto ao evento histórico que guiará nosso exame, apresentar-se-á as edições e autores. A análise abordará, em duas etapas, os fatores atribuídos ao “milagre” e as dificuldades e consequências descritas para o período.

A capacidade de editores e autores em adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, programas oficiais, reformas curriculares e inovações tecnológicas explica sua permanência como elemento central do cotidiano escolar de sucessivas gerações (Silva, 2012, p.805). Mesmo diante dos avanços tecnológicos, o livro mantém-se como fonte relevante de pesquisa, com finalidades sociais que ultrapassam o conhecimento acadêmico, contemplando tradição escolar e demandas de professores, alunos e famílias (Rocha, 2015, p. 98).

O livro didático possui historicidade própria, sendo portador de uma narrativa escolar fundada na seleção de conteúdos. O currículo de História transmite um legado vinculado ao passado e molda valores identitários, o que exige considerar o papel da memória na definição do que se ensina. A memória de um grupo legitima seu presente, constituindo uma visão ideal de si. Assim, o currículo escolar atua como uma espécie de cânone a ser ensinado segundo finalidades sociais, pois as disciplinas formam um corpo de saberes considerados estáveis e verdadeiros, com os livros funcionando como “repositórios” do socialmente real e útil (Rocha, 2015, pp. 98–99; Rocha, 2017, p. 20).

Aspectos estruturais, como o número excessivo de alunos por turma, a sobrecarga docente e as demandas administrativas, favorecem a adoção de práticas pedagógicas mais estáveis, baseadas em um único material didático. Atentas a essa realidade, as editoras oferecem produtos ajustados às condições de trabalho docente (Silva, 2012, 806). Wilma Silveira Rosa de Moura, da Ática, observa: “Não podemos fazer para a escola pública um material que dê trabalho para o professor [...] porque ele não tem onde, não tem recursos, não têm formação para isso.” (Silva, 2012, 806 apud: Munakata, 1997, p.151)

Dessa forma, para Marco Silva (2012, p. 807), o livro didático assume também função formadora. Os pareceristas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) reconhecem esse papel ao valorizar os manuais do professor, que devem explicitar os fundamentos teóricos e metodológicos das obras e auxiliar a reflexão docente. O PNLD, como destaca a historiadora Circe Bittencourt (2004, p. 273), evidencia “o papel do Estado nas normatizações e controle da

produção”, configurando o livro como mercadoria e produto cultural que, embora atravessado pela lógica do mercado, também difunde valores e representações coletivas.

Buscando garantir qualidade e promover uma educação voltada à cidadania, o PNLD estabelece parcerias com universidades públicas, assegurando avaliações academicamente legitimadas e, em aparência, neutras quanto a ideologias políticas. Contudo, essa neutralidade é relativa: a academia, enquanto espaço de produção de saberes, não se vincula especificamente a um sujeito político ou a um determinado partido, mas toma caminhos que atingem fins políticos. Assim, a produção dos livros didáticos reflete uma política educacional que, ao exigir adequação a critérios do Estado democrático, reforça o “grande discurso” da cidadania (Venera, 2013, p. 123-4)

Apesar das exigências e limitações sociais impostas ao livro didático que estabelecem uma estrutura discursiva que tende a ser repetitiva (Rocha, 2015, pp. 100), é possível perceber uma diferenciação na abordagem que altera a narrativa. Essa questão remete à própria natureza do conhecimento histórico curricular (Rocha, 2017, pp. 20). A história sofreu grandes modificações ao longo do século XX, não sendo mais entendida como um resgate de fatos ocorridos passando para a interpretação das fontes e testemunhos. A ideia de que o livro didático seria um portador de uma verdade absoluta é criticada, optando-se por uma construção do conhecimento pelo aluno (Rocha, 2017, pp. 21).

Sendo assim, analisaremos como os autores e editoras fizeram articular seus conteúdos históricos (o período ditatorial e o milagre econômico). Buscou-se perceber os jogos discursivos, a fim de compreender como os livros didáticos articulam e reproduzem sentidos no interior do campo educativo. Dessa forma, a partir de uma revisão historiográfica, a escolha metodológica nesta pesquisa é analisar tanto a linguagem verbal do texto principal, quanto a sua forma de apresentação (fonte, cores, posicionamento, etc), reconhecendo em ambos seu caráter discursivo.

1. O “milagre” em perspectiva econômica

Para compreender o “milagre econômico brasileiro”, é necessário considerar que, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e 1960, o Brasil registrou uma das maiores taxas de crescimento do PIB no mundo — a maior da América Latina, superada apenas por Alemanha, Japão, Coreia

do Sul e Taiwan. Contudo, entre 1963 e 1967, esse crescimento caiu pela metade, suscitando debates sobre os rumos da economia (Prado; Earp, 2019, pp. 240–241).

Os estruturalistas, como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, atribuíram a desaceleração ao modelo exportador e à concentração de renda. O crescimento anterior teria resultado da industrialização por substituição de importações iniciada nos anos 1930, quando a crise externa reduziu a capacidade de importação brasileira e impulsionou a produção interna. Com o avanço tecnológico, a indústria passou a demandar menos mão de obra, transferindo trabalhadores ao campo. Esperava-se que o aumento de renda rural fortalecesse o mercado interno, mas a baixa remuneração manteve o consumo restrito às elites urbanas. Assim, as Reformas de Base (1960) propuseram um desenvolvimento autossustentado, no qual o trabalhador consumisse o que produzisse (Prado; Earp, 2019, pp. 242–243).

Os liberais, por outro lado, defendiam mínima intervenção estatal, considerando o intervencionismo e o “populismo econômico” responsáveis pelo atraso nacional (Prado; Earp, 2019, p. 244). O golpe militar de 1964 consolidou essa visão. O governo Castelo Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para conter a inflação e estimular o crescimento, implementando reformas tributárias, criação do Banco Central, abertura ao capital estrangeiro e o FGTS, que flexibilizou o mercado de trabalho (Prado; Earp, 2019, pp. 246–248). Embora o controle inflacionário não tenha sido eficaz, essas medidas estruturaram o modelo econômico do regime militar, consolidado com o Ato Institucional nº 5 (Prado; Earp, 2019, p. 249).

1.1. As condições externas

Nos anos 1960, o surgimento do mercado de “euromonedas” — depósitos em dólares sem regulamentação nos centros financeiros europeus — criou um ambiente de crédito abundante e atrativo a investimentos externos, favorecendo o Brasil na retomada do crescimento e preparando o terreno para o futuro “milagre econômico” (Prado; Earp, 2019, pp. 250–251). O termo, usado pela primeira vez na Alemanha Ocidental, passou a designar o boom brasileiro iniciado em 1968, transformado em símbolo da propaganda oficial (Prado; Earp, 2019, p. 252).

O governo Costa e Silva (1967–1969) manteve a política liberal de incentivo ao setor privado, mas o cenário interno de ociosidade e baixa renda exigiu novo direcionamento. Assim, instituiu-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), com meta de crescimento anual de 6% (Prado; Earp, 2019, p. 252). Buscando legitimar o regime, o governo adotou o princípio de “legitimação pela eficácia”, conforme Roberto Campos (1976), sustentando que a ordem seria restaurada por meio do crescimento e do sucesso econômico (apud Prado; Earp, 2019, p. 242).

Entretanto, 1968 foi marcado por forte contestação social. O movimento estudantil intensificou a crise, resultando em repressão política, o AI-5 e a ascensão do general Emílio Garrastazu Médici (Prado; Earp, 2019, p. 254). Sob seu governo, novos planos econômicos — *Metas e Bases para a Ação do Governo* (1970) e o *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (1971) — buscaram acelerar o crescimento, prevendo taxas anuais de até 9%. Foi nesse contexto que o “milagre econômico” teve início, com resultados de expansão considerados excepcionais (Prado; Earp, 2019, p. 255).

1.2. A chegada do milagre

Entre 1968 e 1973, o Brasil apresentou as menores taxas inflacionárias desde 1959 e um comércio exterior que mais que triplicou. Delfim Netto, ministro da Fazenda, tornou-se o principal articulador desse ciclo, que combinou política econômica interna com o crescimento global (Prado; Earp, 2019, p. 256). Com a inflação controlada, o governo priorizou o crescimento e flexibilizou o controle salarial, aumentando a renda média e o emprego. Apesar do déficit público elevado, a expansão do crédito privado sustentou o novo ciclo, com reestruturação do sistema financeiro e concentração bancária — de 313 bancos em 1967 para 195 em 1970 (Prado; Earp, 2019, p. 259).

A ampliação do crédito impulsionou o setor agrícola, as exportações e o consumo de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos (Prado; Earp, 2019, p. 260). Entre 1968 e 1973, o crescimento industrial superou o PIB, com forte participação do BNDE e do Conselho de Desenvolvimento Industrial. O comércio exterior cresceu ainda mais rapidamente, sustentado por subsídios e programas de incentivo, como o Befiex (Prado; Earp, 2019, pp. 261–262).

1.3. Desenvolvimento e crescimento

Ricardo Hammoud (2008, p. 2) observa que, no capitalismo, o crescimento é pilar do desenvolvimento, mas distingue ambos ao analisar Furtado e Cardoso. Para Furtado, o Brasil cresceu às custas da desigualdade de renda, o que agravou seus problemas estruturais (Hammoud, 2008, p. 2). Cardoso, por sua vez, considerou o país um caso de “desenvolvimento dependente associado”, em que burguesia nacional e estrangeira se articulam sob bases tecnológicas e financeiras comuns (Cardoso; Faletto, 1965/67; Hammoud, 2008, p. 3).

Furtado defendia que o desenvolvimento só existe quando há benefícios sociais; para Cardoso, o crescimento, ainda que desigual, já representava desenvolvimento capitalista (Hammoud, 2008, p. 5). Ambos apontaram a continuidade da dependência, agora em nova forma. Cardoso afirmou que, sem romper as desigualdades entre classes e nações, a dependência persiste (Cardoso, 1980, p. 68 apud Hammoud, 2008, p. 9).

Durante o “milagre”, a associação entre capital internacional, burguesia nacional e Estado intensificou a dependência tecnológica e financeira (Hammoud, 2008, pp. 10–11). O crescimento ocorreu sem distribuição de renda, confirmando o modelo concentrador apontado por Furtado. Assim, o “milagre” resultou em modernização produtiva e expansão econômica, mas sem transformação estrutural, mantendo o Estado subordinado ao capital externo. Em síntese, o Brasil cresceu, mas não se desenvolveu plenamente — distinção central para compreender a narrativa do período e sua representação nos livros didáticos (Rocha, 2017, p. 19).

2. A narrativa didática

A seguir, com base nas discussões teóricas e históricas apresentadas, serão analisados dois livros didáticos a fim de compreender como o episódio do “milagre econômico” é narrado no ensino médio. A análise concentra-se em dois eixos principais: a) as causas que levaram ao chamado “milagre econômico”; e b) as dificuldades e consequências enfrentadas pela proposta de desenvolvimento adotada.

2.1. Apresentação da edição e dos autores(as)

O primeiro livro analisado é “Olhares da História: Brasil e mundo” de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino com colaboração de Saverio Lavorato Júnior, publicado em 2016 pela Editora Scipione. Foi aprovado pela PNLD para utilização nos terceiros anos do ensino médio durante os anos de 2018, 2019 e 2020. Dos autores, Cláudio Vicentino é formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), mas atua como professor de História em cursos de ensino médio e pré vestibulares, e Bruno Vicentino é formado em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e atua na mesma área como professor de ensino fundamental, médio e pré-vestibular. Quanto ao colaborador, Saverio Lavorato é também formado em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e atua como professor universitário e coordenador do curso de Licenciatura em História da UNINOVE - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

Este livro, dividido em duas unidades (“Unidade 1: Para entender o século XX” e “Unidade 2: Da Guerra Fria ao século XXI”), aborda questões tanto mundiais quanto nacionais. Começa a discussão com a Segunda Guerra Mundial e encerra com a reorganização democrática brasileira. O episódio do milagre econômico aparece dentro do capítulo 10, “Brasil no período da Guerra Fria: da democracia à ditadura” (p. 186-207), mais especificamente no tópico 3, “O golpe civil-militar e a montagem da ditadura” (p. 197-205), onde o livro conta a história ditador por ditador.

Com linguagem simples e recursos visuais modestos, a apresentação desse conteúdo é essencialmente textual, com subtítulos em amarelo, palavras destacadas em negrito, imagens em preto e branco e caixas de texto lilás trazendo citações de livros historiográficos com comentários de indivíduos da temporalidade (marchinha mais cantada do carnaval de 1951, a carta-testamento de vargas, etc). Também conta, como de padrão, com algumas caixas “para saber mais”, que se diferenciam do texto pela cor do título (roxa ao invés de amarelo) e pela cor da borda da caixa de texto (roxa). os subtópicos vão de “O governo Castelo Branco (1964-67)” até “O governo Figueiredo (1979-85)”.

a. O que levou ao milagre

O termo “Milagre econômico brasileiro” aparece pela primeira vez na página 198, em negrito, inserido no corpo do texto, num trecho que explica, de maneira geral, como foi a economia no período da ditadura.

Na área econômica, os governos militares promoveram a abertura do mercado ao capital e às empresas estrangeiras, ampliando a internacionalização da economia. Essa ação foi acompanhada de estabilização financeira e crescimento acentuado, sobretudo entre 1969 e 1973. Em virtude dessas altas taxas de crescimento, esse período ficou conhecido como **milagre econômico brasileiro** (Vicentino; Vicentino, 2016, 198).

Ao longo desta introdução, os autores enfatizam a presença do capital estrangeiro em investimento em obras públicas, nas empresas privadas brasileiras e nas multinacionais. Um trecho que acredito ser interessante para a discussão é o seguinte:

Para apoiar a produção, o governo buscou, também, ampliar tanto o mercado consumidor externo, por meio da exportação, como o mercado consumidor interno, principalmente os profissionais liberais e regime executivos das empresas em expansão. Para garantir o baixo custo da produção, os salários da grande maioria dos trabalhadores eram mantidos baixos (Vicentino; Vicentino, 2016, 198).

Os autores apresentam a economia dos anos Médici (1969–1974) como o ápice de um ciclo de crescimento acelerado, caracterizado pela expansão do crédito, aumento das exportações e influxo de capital estrangeiro. No entanto, como apontam Prado e Earp (2019, pp. 250–255), esse contexto só foi possível graças às transformações externas dos anos 1960 — a criação do mercado de “euromonedas” e a abundância de crédito internacional — e à política interna de endividamento e contenção salarial. Tais fatores impulsionaram o crescimento, mas criaram uma dependência estrutural do capital estrangeiro e do mercado externo.

Embora mencione o investimento estrangeiro e o consumo interno, o texto didático não aprofunda a relação entre a política econômica e a concentração de renda — tema central das análises de Furtado (1968) e Cardoso (1965/67). Segundo Furtado, o crescimento do período, baseado na desigualdade e na dependência tecnológica, não configurou desenvolvimento, mas mera expansão produtiva (Hammoud, 2008, p. 5). Cardoso, por sua vez, via o “milagre” como

exemplo de “desenvolvimento dependente associado”, em que o capital nacional se subordinava ao internacional (Hammoud, 2008, pp. 9–10). O livro reconhece superficialmente que a prosperidade econômica concentrou renda, beneficiando a classe média e reforçando o apoio ao regime, mas sem discutir as contradições sociais:

Durante o governo Médici, houve um elevado crescimento da economia, do denominado "milagre econômico". Antônio Delfim Netto, então ministro da Fazenda, afirmava que era preciso "fazer crescer o bolo para depois dividi-lo". Era a justificativa para estabelecer políticas de favorecimento e concentração da renda. O desenvolvimento econômico e a propaganda governamental reforçaram o apoio da classe média ao governo, setor beneficiado pela política econômica. No entanto, foi também um período caracterizado pela repressão e pela tortura, com forte censura aos meios de comunicação. A repressão era justificada pelo crescimento da luta armada contra o regime (Vicentino; Vicentino, 2016, 201)

Entende-se aqui que a repressão, a censura e a violência são o contraponto do crescimento econômico, justificada pela própria resistência ao regime. Apesar de assumir que o principal beneficiário da política econômica é a classe média, não traz a debate a aliança do mercado estrangeiro com o nacional e a formação de uma nova burguesia. Nesse ponto, observa-se o apagamento da dimensão crítica do debate histórico, convertendo o “milagre” em marco de eficiência e não em fenômeno de dependência e exclusão.

b. Dificuldades e consequências

No subtópico de Geisel, considero que temos um panorama mais interessante da situação. O autor culpabiliza a dívida externa que custeou o crescimento, indo de acordo com a ideia da falta de autonomia que o Brasil não conseguiu desenvolver no período. Além disso, dá destaque à desigualdade social como uma das dificuldades, se encaixando na ideologia de Furtado, de que a disparidade de renda inviabiliza o crescimento econômico. E, em suma, no trecho “Assim, enquanto o país conquistou a décima posição na economia mundial, a qualidade de vida de boa parte da população brasileira continuava em níveis baixíssimos” (Vicentino; Vicentino, 2016, 204), dá luz ao pensamento de que o Brasil não conseguiu se desenvolver de fato, uma vez que a maior parte da população não gozava de todo esse avanço. Segue o trecho completo:

O presidente eleito indiretamente para substituir Médici foi o general Ernesto Geisel (1907-1996). Em seu governo a economia nacional começou a mostrar sinais de dificuldades, associadas ao crescimento obtido à custa do capital estrangeiro. Entre essas dificuldades estava a desigualdade social com extrema concentração de renda e o aumento da dívida externa, que obrigou o pagamento de juros altíssimos, inviabilizando o crescimento do país. Assim, enquanto o país conquistou a décima posição na economia mundial, a qualidade de vida de boa parte da população brasileira continuava em níveis baixíssimos.

Parte desse quadro foi agravada pela crise internacional provocada pela alta dos preços do petróleo nos países produtores, ocorrida em 1972. Essa crise provocou sérios problemas no Brasil, que importava, aproximadamente, 80% do petróleo que consumia. A situação continuou se agravando em 1974, primeiro ano do governo Geisel. É importante destacar que 1974 foi, também, o ano em que o conservadorismo sofreu derrotas, como a renúncia do presidente Nixon, nos EUA (provocada pelo caso Watergate), e a Revolução dos Cravos, em Portugal, que depôs a ditadura no país (Vicentino; Vicentino, 2016, 204).

Aqui também podemos ver justificativas externas. Situa os acontecimentos do Brasil com episódios ao redor do mundo, como a crise do petróleo de 1972 e a desmoralização dos partidos conservadores em países muito influentes para nossa nação. Além disso, os autores justificam que o fracasso do modelo econômico dos militares foi a margem para o início do processo da abertura política, lenta e gradualmente.

2.2 Apresentação da edição e dos autores(as)

O segundo livro que será analisado é a parte III do box 360° História – Sociedade & Cidadania (volume único) de Alfredo Boulos Júnior, publicado em 2017 pela Editora FTD Educação. Aprovados pela PNLD, os box da coleção 360° foram utilizados até a adaptação do Novo Ensino Médio, estabelecida oficialmente em 31 julho de 2024 pela Lei 14.945/2024 fazendo uma reforma parcial do ensino médio anterior. Com a reforma, a FTD lançou uma nova coleção de livros, dividida em áreas do conhecimento e não mais por disciplinas, em substituição à coleção 360°.

Quanto ao autor, Alfredo Boulos é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e foi professor na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. O livro de História desse volume é dividido em três partes, a parte III (dedicada ao terceiro ano do ensino médio) é a que conta com o período do milagre econômico. Ela é dividida em quatro

unidades que são continuação dos volumes anteriores (“Unidade 9: Resistência à dominação”; “Unidade 10: Propaganda política, esporte e cinema”; “Unidade 11: Movimentos sociais” e “Unidade 12: Meio ambiente e saúde”). Trazendo conteúdos nacionais e mundiais, aborda desde a industrialização e imperialismo até o fim do bloco soviético e a nova ordem mundial.

O episódio do milagre econômico aparece dentro do capítulo 40, “O Regime Militar” (p. 819-42), mais especificamente no subtópico de economia do tópico “Os anos de Chumbo”. O capítulo começa com “Militares no poder” e vai até o governo Sarney e a nova Constituição de 1988. O livro conta a história de uma maneira mais solta, não fazendo a divisão do conteúdo por ditadores, mas sem fugir muito dessa estrutura.

Com uma fonte maior e mais colorido, o conteúdo textual se mistura bastante com caixas de “saber mais”, aparecendo como retângulos laranja na página, “dicas” em vermelho de documentários, episódios de série, vídeos, programas, reportagens, etc que abordam aquele tema e fotos em preto e branco e coloridas. Os títulos e subtítulos aparecem em vermelho com palavras destacadas em negrito ao longo do texto.

a. O que levou ao milagre

O termo “Milagre econômico” aparece pela primeira vez na página 826, em roxo, inserido no corpo do texto, com uma explicação na borda da página “Também chamado de “milagre brasileiro” por comparação com o chamado “milagre japonês”. Aparece em um trecho que explica a situação econômica durante o governo Médici que começa na página 826 e encerra na 828 com o governo Geisel, junto de tabelas e imagens.

O autor caracteriza o “milagre” pela combinação de três fatores: o crescimento econômico de cerca de 11% ao ano, taxas de inflação baixas (comparadas aos anos anteriores do regime) e aumento do comércio exterior (Boulos, 2017, p. 826). Assim como no livro anterior, não relaciona o episódio com as mudanças sociais ou de classe. O talvez posicionamento do autor vem em seguida com uma tabela retirada do livro O Brasil republicano, vol 4, lançado em 2009, que coloca o termo “milagre” entre aspas. A tabela mostra informações dos anos 1968 até 1973 do crescimento do PIB, inflação, exportação, importação e dívida externa, contudo, não a discute (Boulos, 2017, pp. 827). No trecho a seguir podemos ver sua explicação sobre o que permitiu que o milagre econômico acontecesse:

O milagre econômico brasileiro ocorreu devido a fatores internos e externos. Externamente, a **conjuntura** era favorável (entre 1961 e 1973, a economia estadunidense cresceu a uma taxa média de 4,5% ao ano; o Japão, a uma taxa de 9,4%; a Alemanha, 4,3%; e a Itália, a 4,9%). Internamente, o governo adotou uma política de incentivos fiscais para atrair investidores e realizou ajustes, conseguindo um equilíbrio nas contas públicas; contraiu empréstimos no exterior; atraiu investidores estrangeiros, concedendo-lhes facilidades para atuar no Brasil; e comprimiu os salários dos trabalhadores de baixa renda (Boulos, 2017, pp. 827).

Boulos caracteriza o milagre como resultado de “fatores internos e externos”, citando o crescimento internacional e as políticas de incentivo fiscal, empréstimos externos e compressão salarial (Boulos, 2017, p. 827). Essa formulação ecoa a narrativa econômica tradicional, mas deixa de explicitar os mecanismos de dependência financeira e tecnológica, tal como discutido por Cardoso (1978 apud Hammoud, 2008, p. 10). Em seguida, opta por usar o restante da página (1/3) com uma imagem sobre a Copa do mundo assistida pela primeira vez pelos brasileiros ao vivo e em cores e encerra, sem discutir ou relacionar o conteúdo. Na próxima página vemos as consequências do período.

b. Dificuldades e consequências

Boulos reconhece o aumento do consumo de bens duráveis, mas não questiona quem se beneficiou desse acesso, negligenciando o debate sobre desigualdade e concentração de renda, uma vez que vimos anteriormente que o Estado se esforçou para tornar uma classe em específico mais capaz de acessar esse mercado, sob a negligência da outra. Segue:

No final do governo Médici, esse modelo econômico baseado no endividamento externo e no rebaixamento dos salários dos trabalhadores de baixa renda já dava sinais de esgotamento. E isto ocorria por fatores externos e internos. Externamente, em consequência da guerra árabe-israelense de 1973, os países árabes triplicaram o preço do barril de petróleo, o que abalou fortemente a economia brasileira, uma vez que 80% do petróleo aqui consumido era importado. Assim, o gasto do Brasil com a importação de petróleo passou a consumir metade de tudo o que o país ganhava com suas exportações. Internamente, a maioria da população, com seus baixos salários, já não conseguia comprar a quantidade de mercadorias fabricadas pelas indústrias instaladas

no Brasil. O PIB começou a declinar e a inflação voltou a crescer, chegando a 35% no ano seguinte.

Ao final do governo Médici, o Brasil tinha se tornado a décima economia do mundo capitalista, mas, no tocante ao acesso à saúde, à educação e à habitação, o país ocupava os últimos lugares. O próprio presidente, Emílio Médici - diante de problemas como a seca que vitimava o Nordeste, disse que "a economia vai bem, mas o povo ainda vai mal" (Boulos, 2017, pp. 828).

Encerrando, Boulos dá explicações quanto ao “esgotamento” desse modelo econômico, assim como a dupla Vicentino, atribui a culpa a fatores internos e externos. Enquanto os Vicentinos pontuaram a dívida externa, a desigualdade social, a crise do petróleo e a desmoralização partidária, Boulos se limita ao preço do petróleo e ao pouco poder aquisitivo da maior parte da população que não tinha capacidade de consumir o que era produzido. Chamo a atenção para a escolha de palavras, “sinais de *esgotamento*”. Ele não problematiza o período ao falar de suas consequências e seu fim, ele dá o período como encerrado. Como se estivesse indo bem e então algo deu errado e acabou. O PIB estava alto e então começou a declinar. Assim como no livro anterior, em seu último parágrafo o autor faz uma pequena alusão do que foi o período do “milagre” para a maior parte da população, sem problematizar a diferenciação de PIB e qualidade de vida, ou as condições das classes, ou mesmo a opinião popular sobre a economia. Ambos os livros deixaram a maior parte da população como coadjuvantes passivos, com uma descrição limitada a “tinham baixos salários”.

Conclusão

O livro didático é essencial na formação histórica, atendendo demandas sociais e identitárias. No entanto, a evolução da historiografia, que privilegia a interpretação crítica sobre o resgate factual, desafia a concepção do livro didático como portador de uma verdade absoluta, promovendo a construção ativa do conhecimento pelos alunos. Ainda assim, persiste a limitação de uma narrativa única e pouco problematizadora, o que ressalta a necessidade de abordagens mais pluralistas e reflexivas no ensino de História. Reconhecendo o conteúdo referente ao regime militar como um tema problemático e o milagre como principal argumentação a favor, tem que ser bem analisado e bem criticado.

Os livros didáticos, ao tratar do "Milagre Econômico", tendem a se concentrar nas taxas de crescimento do PIB, na industrialização acelerada e nos investimentos em infraestrutura.

Contudo, muitas vezes, eles falham em abordar adequadamente as questões de desigualdade social e os impactos a longo prazo desse modelo de desenvolvimento. A ênfase excessiva em estatísticas econômicas positivas pode levar os estudantes a uma compreensão superficial do período, sem considerar as complexas dinâmicas sociais e econômicas envolvidas.

Furtado argumenta que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Ressalta que, apesar do crescimento durante o "Milagre", a concentração de renda e a dependência tecnológica agravaram problemas estruturais, resultando em uma estagnação econômica e desemprego estrutural. Para Furtado, o verdadeiro desenvolvimento só ocorre quando há benefícios para a população como um todo, o que não foi o caso durante o "Milagre". Cardoso, por sua vez, distingue crescimento de desenvolvimento ao analisar a dependência econômica e a inserção do Brasil na ordem internacional. Ele descreve o desenvolvimento brasileiro como "dependente associado", onde a burguesia nacional se alia a grupos estrangeiros, perpetuando a desigualdade. Cardoso argumenta que o crescimento econômico pode ocorrer sem uma disparidade de renda, evidenciando a necessidade de uma análise mais crítica das estruturas de poder e dependência. Nenhuma dessas abordagens foi trazida para debate nos livros analisados.

Sabe-se que o período do regime militar foi um momento bastante difícil, violento e extremo para a história brasileira, algo que devemos lembrar a fim de não repetir. Contudo, o tópico do milagre econômico tem-se visto como um importante tópico utilizado para se “celebrar”, ou justificar essa época, como se esse crescimento compensasse toda a repressão. Mas o fato que não pode ser esquecido é que aqueles que se beneficiaram do milagre não foram os mesmos que pagaram por ele. Tendo isso em mente, fica claro que uma abordagem mais crítica e completa nos livros didáticos é necessária para que se possa proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda dos desafios desse crescimento econômico e das armadilhas do desenvolvimento desigual. Ao integrar discussões sobre concentração de renda, dependência tecnológica e desigualdade social, os materiais didáticos podem preparar melhor os alunos para entender as complexidades do desenvolvimento econômico desse período, enfim, problematizando o discurso histórico desse conteúdo.

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, C. M. F. *Em foco: História, produção e memória do livro didático*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, set./dez. 2004.
- BOULOS, Alfredo. *360° História: Sociedade & Cidadania: Volume Único*. 3ª ed. São Paulo: FTD, 2017.
- HAMMOUD, Ricardo H. Nahra. *Crescimento, Desenvolvimento e Desigualdade de Renda: Análise dos Clássicos – Furtado, Cardoso e o 'Milagre' Econômico*. In: Anais do XI Encontro Regional de Economia L. Curitiba: ANPEC-Sul, 2008.
- PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio Sá. *O 'Milagre' Brasileiro: Crescimento Acelerado, Integração Internacional e Concentração de Renda (1967-1973)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia (orgs.). *O Brasil Republicano, Vol. 4. O Tempo do Regime Autoritário: Ditadura Militar e Redemocratização. Quarta República (1964-1985)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- ROCHA, Helenice. *A Ditadura Militar (1964-1985) nas Narrativas Didáticas Brasileiras*. Espacio, Tiempo y Educación, v. 2, n. 1, p. 97-120, 2015.
- ROCHA, Helenice. *Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis*. In: ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SILVA, Marco Antônio. *A Fetichização do livro didático no Brasil*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/edu_realidade/. Acesso em: 01 nov. 2025.
- VENERA, Raquel Alvarenga Sena. *O funcionamento de tipologias discursivas em livros didáticos de história*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 121-150, mar. 2013.
- VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno II. *Olhares da História: Brasil e Mundo*. Colaboração de Saverio Lavorato Junior. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2016.